



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 172 - 2ª QUINZENA DE MAIO DE 1999 - R\$ 1,00

Greves operárias, marchas dos sem-terra, manifestações estudantis e de professores. Governo desgastado envolvido pela crise política. As condições são favoráveis ao avanço da luta nacional de massa para derrubar o plano antinacional e antipopular.

O problema é que as direções do movimento se negam a organizar o combate nas ruas. Preferem fazer campanha eleitoral. Uma parte pede o voto dos explorados para o ano 2002. Outra parte pede que as eleições sejam já. Contra essa enganação, defendemos a ação direta:

**GREVE GERAL PARA DERRUBAR O PLANO DE FOME!
ALIANÇA OPERÁRIO E CAMPONESA!
FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA! ABAIXO FHC e FORA O FMI!**

**ELEIÇÕES DA APEOESP:
Oposição Revolucionária
é formada para combater a
burocracia e suas variantes**

◆ **CONGRESSO DA UEE-SP:
A linha reformista só pode
constituir um congresso cada
vez mais burocratizado**

Campanha internacional vence:



Vilma Plata é libertada!

**Fora o imperialismo dos Bálcãs!
Apoio incondicional à Iugoslávia!**



Quinzena de luta do movimento operário

RENOVAÇÃO DO ACORDO DE REDUÇÃO DE IMPOSTOS SÓ TEM UM OBJETIVO: AUMENTAR AINDA MAIS O LUCRO DAS MONTADORAS

o começo do ano, o governo fechou um acordo com o setor automotivo e reduziu a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em 50% para as montadoras.

Alguns Estados como São Paulo e Minas Gerais também negociaram a redução do ICMS. O acordo durou dois meses, e essa redução significou um lucro para os patrões de aproximadamente 11% sobre o valor dos carros. Em contrapartida, as montadoras se comprometeram a manter o nível de emprego e de preços. Terminado o acordo no último dia 4/5, o balanço é o seguinte: índice de desemprego recorde no país. Em São Paulo já passa de 20%. Só no ABC Paulista, o desemprego chegou a 21,1% da PEA, ou seja, 245 mil trabalhadores desempregados naquela região, que é o berço dos metalúrgicos, cujas direções sindicais têm feito acordos e mais acordos com os patrões no sentido de retirar conquistas dos trabalhadores e reduzir salários, tudo em nome da preservação do nível de emprego. Terminado o acordo, as montadoras aumentaram, em média, 10% o preço dos automóveis e, de quebra, o governo anunciou que vai manter a redução do imposto, apesar do aumento.

Como vemos, o tal "acordo" só beneficia as montadoras e é uma mentira descarada a campanha levada a cabo, inclusive pelas direções sindicais, de que os empregos estão sendo mantidos. O que objetivam de fato é desviar a atenção dos trabalhadores da real situação, pois enquanto as demissões ocorrem, aberta ou disfarçadamente (PDV, afastamentos compulsórios etc.), os patrões continuam enchendo seus cofres.

É preciso que os trabalhadores rompam com a política de conciliação de classes que o reformismo introduz em seus sindicatos. Contra o desemprego, levantar a bandeira de ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO e preparar a GREVE GERAL COM OCUPAÇÃO DE TODAS AS FÁBRICAS. Só assim será possível barrar os ataques dos capitalistas contra suas condições de vida.

MOVIMENTO DOS SEM-TETO ARMAR OS TRABALHADORES PARA A AUTO-DEFESA - TRIBUNAIS POPULARES PARA PUNIR OS ASSASSINOS

No último dia 28/4, a Polícia Militar, a mando do Prefeito do PT, Jesu Lima, e do Governador Itamar Franco, assassinaram os sem-teto Erionides Anastácio de Souza, de 28 anos, e Elder Gonçalves de Souza, de 24 anos, e feriram dezenas de ocupantes, inclusive crianças e mulheres grávidas, de um terreno localizado na Fazenda Bandeirinhas, em Betim - Minas Gerais. Os sem-teto, que estavam no local desde o dia 15 de março, resistiram bravamente ao ataque e, apesar da desproporção de forças e da cha-

cina, continuaram firmes e não arredaram pé do local. Impediram a entrada da imprensa burguesa e rejeitaram qualquer auxílio dos pacificadores. No dia seguinte, durante o enterro dos mortos, os sem-teto foram até Betim e destruíram o prédio da prefeitura.

Os responsáveis pelo massacre, como sempre, procuraram dar as desculpas estapafúrdias de praxe. A administração do PT, hipocritamente, se disse "surpresa" com a guerra. Itamar Franco correu em defesa dos carrascos, que alegaram que foram os próprios sem-teto que se atacaram, matando-se uns aos outros. Depois da matança, os assassinos se reuniram para avaliar os efeitos da investida.

Com certeza, os crimes não pararão por aí, pois não foi a primeira vez nem será a última que a burguesia usa seu braço de ferro para matar trabalhadores. No movimento dos sem-teto exemplos não faltam. Citemos apenas dois: 11 de dezembro de 1.990 - Diadema (Vila Socialista) - dois mortos e dezenas de feridos; 20 de maio de 1.997 - Conjunto Habitacional Fazenda da Juta, em São Mateus, zona leste de São Paulo - 3 mortos e outras dezenas de feridos.

A resposta dos trabalhadores não pode ser outra senão organizar a auto-defesa através das armas.

Para punir os crimes de classe da burguesia, constituir os TRIBUNAIS POPULARES.

CONDUTORES, MOTORISTAS E COBRADORES DECIDEM PELA GREVE CONTRA O CORTE DE BENEFÍCIOS

Diante da exploração cada vez mais profunda a que são submetidos, motoristas e cobradores aprovaram, em assembleia, parar suas atividades a partir de terça-feira, 18/5. A paralisação ocorreria juntamente com os metroviários e com os trabalhadores da SABESP. Os patrões, que vêm atrasando os pagamentos constantemente e se negam a conceder qualquer reajuste salarial, apesar de o preço das passagens já estar nas nuvens, agora querem cortar benefícios, como vale-refeição, 15 dias de seguro desemprego, aumentar de 30 minutos para uma hora o período de refeição, mas sem remuneração, aumentar a jornada de trabalho (flexibilização) e ainda exigem aumento de produtividade, ou seja, querem obrigar os trabalhadores a aumentar dos atuais 105 milhões de passageiros transportados por mês, para 120 milhões, e só a partir daí concederia reajuste de 2% a cada aumento de 5 milhões de passageiros extras. Os cortes representam um lucro de 15% na folha de pagamento ou seja, R\$ 50 milhões por mês, aproximadamente.

Diante desse quadro, a posição do sindicato foi, até agora, a de evitar a greve e procurar outras "estratégias", como paralisações parciais, trabalhar apenas em horários de pico ou liberar as catracas. Todas elas são colocadas apenas como ameaça, e o pelego, Gregório Poço, presidente do sindicato, justifica-se: a população não tem culpa pelo que os patrões estão fazendo. Além disso, morrem de medo que a justiça burguesa condene o sindicato a pagar multas por eventuais prejuízos que os patrões venham a sofrer e dizem que a prioridade é tentar resolver a questão de forma negociada.

Ao contrário disso, os trabalhadores devem rechaçar a linha de negociação com os patrões, que é a política de conciliação de classes implementada pelo reformismo e que não passa de uma forma de enganar os trabalhadores, impondo a estes o aumento da exploração.

Defendemos que a greve dos motoristas e cobradores, metroviários, trabalhadores da SABESP não se limite a um mero protesto e que os trabalhadores se coloquem



abertamente em choque com os interesses patronais e caminhem no sentido de construir a GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO, para pôr abaixo FHC e seu plano antinacional e antipopular.

OPERÁRIOS DA FORD PARAM E EXIGEM VOLTA DOS AFASTADOS

A fábrica da Ford em São Bernardo parou no último dia 13/5. Os operários interromperam a produção exigindo a volta dos aproximadamente 1300 trabalhadores afastados. Os operários também reivindicam reposição de perdas salariais que, segundo o sindicato, desde a última convenção coletiva até agora, somam mais de 7%. O protesto, que foi chamado de "operação pipoca", pois cada setor parou em determinado horário, inviabilizou parcialmente a produção, serviu apenas como elemento de pressão, que não é suficiente para dobrar os patrões. Porém demonstrou por onde deve passar a luta dos operários para arrancar dos patrões as suas reivindicações. É preciso quebrar o isolamento e a divisão impostos pela direção do sindicato. Nada de limitar as greves por setor. A força dos operários está na sua união para exigir da Ford a volta dos afastados e arrancar dos patrões o reajuste salarial, é preciso que os trabalhadores da Ford comecem a organizar imediatamente a GREVE GERAL COM OCUPAÇÃO DE TODAS AS FÁBRICAS.

GREVE EM FURNAS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO - É PRECISO AMPLIAR O MOVIMENTO

Os eletricitários do sistema de Furnas, que gera 45% da energia consumida nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão em greve por tempo indeterminado desde o dia 28/4. O motivo da greve é evitar que a empresa seja privatizada, o que representará milhares de demissões no setor. Além disso, o governo está fazendo uma cisão da empresa, para poder vendê-la a grupos separados, porque pode representar um calote na dívida de R\$ 1,2 bilhões que a empresa deve ao fundo de pensão dos trabalhadores. A venda está prevista para setembro e outubro próximos. O movimento tem sofrido refluxo nos últimos dias, já que as direções dos sindicatos envolvidos estão priorizando a via legal (liminares) em detrimento da luta, para evitar a privatização. A experiência tem demonstrado que não será por essa via, ou seja, recorrendo à justiça burguesa, que a classe operária impedirá os ataques dos capitalistas às suas condições de vida, pois ela existe exatamente para proteger os interesses destes. Nesse sentido, a greve dos eletricitários, para sair vitoriosa, tem que se colocar abertamente contra todas as privatizações e levantar a bandeira de unificar os movimentos e construir a greve geral.

Nacional

1º de Maio em São Paulo

Depois de vários anos, realizou-se em São Paulo um ato massivo. Estimam-se entre 30 e 50 mil o número de presentes ao Vale do Anhangabaú. A manifestação convocada pela CUT teve ainda a concorrência de um show com sorteios de carros promovido pela Força Sindical.

Não foi um ato operário, mas uma manifestação festiva da militância, estudantes e sem-terra. O que mostra que não foi trabalhado nas fábricas, mas apenas nas universidades e contou com a marcha dos sem-terra, que chegou a SP na véspera para outra manifestação. A composição social do ato criou um terreno fértil para o conteúdo festivo e não de combate e protesto.

Teve um tom claramente eleitoreiro, com as palavras de ordem de "Na próxima vez, vote PT", "CPI pra valer", ou as da esquerda: "Fora FHC, eleições já". O PT veio com a intenção de colocar sua campanha para as próximas eleições, apoiado em frações burguesas descontentes. Assim, chamou o candidato derrotado às eleições municipais João Leiva (quercista/PMDB) para falar. Este foi vaiado ininterruptamente. Falou ainda o PSB (Erundina, que foi aplaudida). A participação de partidos

burgueses no palanque comprova o predomínio do frente-populismo na direção do ato.

As correntes participaram principalmente pelo bloco "Fora FHC/FMI". Chegaram à manifestação organizadas e defendendo a convocação imediata de eleições. A maioria não tinha manifesto voltado ao 1º de Maio, o que destacou os materiais do POR.

O Partido Operário Revolucionário atuou com faixas, bandeiras, banca e material próprio. Denunciou o eleitoralismo e defendeu a greve geral como meio de combate efetivo ao governo e seu plano, e a necessidade da aliança operário-camponesa como condição para a derrubada revolucionária do governo burguês. E atuou em defesa incondicional da Iugoslávia contra os ataques da OTAN.

As greves operárias e as manifestações de camponeses e estudantes mostram uma tendência geral de luta, que só não se expressa unitariamente devido ao bloqueio da direção: na véspera do 1º de maio, realizou-se uma manifestação massiva de camponeses sem-terra, professores e estudantes. Durante a semana anterior, pipocaram várias greves operárias. Essa tendência deve ser

reforçada pela anunciada ofensiva capitalista contra o emprego (as montadoras de veículos preparam milhares de demissões para junho). Coloca-se a defesa do emprego como reivindicação que impulsionará a luta operária no momento a seguir.

A defesa das reivindicações mais sentidas das massas pela via da ação direta unificada nacionalmente colocará a luta antiimperialista e anticapitalista. Sua realização está em contradição com as atuais direções reformistas e centristas e a política de conciliação de classes. A construção do Partido Operário Revolucionário e o trabalho pela frente única antiimperialista são elementos-chave para o desenlace favorável às massas oprimidas.



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

A situação política em que ocorreu o Congresso exigia que este respondesse à ofensiva dos governos contra a educação, à crise política e econômica, ao plano antinacional e antipopular, com resoluções claras de ação geral dos estudantes.

Mas a política de conciliação de classes do PCdoB e do PT prevaleceu, derrotando a linha centrista das correntes de esquerda agrupadas no bloco opo- sitor, e deu a tônica burocrática ao Congresso, anulando-o como instrumento de organização da luta estudantil e servindo apenas aos conchavos aparelhistas entre as correntes.

A oposição, que com- pareceu ao Congresso prometendo travar uma dura luta contra o PCdoB, conciliou com este a gran- de maioria das resoluções, aprovada "por consenso". Na verdade, negociadas pelos dirigen- tes como mercadorias na noite de sábado para do- mingo. Quando terminou o "comércio" de propostas e posições políticas, so- braram apenas seis pro- postas a serem levadas à votação em plenário. O Congresso comprovou que não há diferenças es- senciais entre situação e o bloco de oposição. Caso contrário, teria de haver grande polêmica entre ambos na plenária final.

As principais teses: pelo eleitoralismo e em defesa do ensino privado subsidiado

Quase todas as cor- rentes políticas compare- ceram com teses próprias. Falemos das principais:

"Refazendo" era o nome da tese do PCdoB. Uma publicação em cores, com qualidade gráfica profissional, mas com pouquíssimo conteúdo. É difícil sintetizar dali pro- postas para o movimento estudantil. Das poucas encontradas, citamos a defesa da convivência com a exploração capitalista do ensino e do subsídio público às escolas parti- culares pelo Creduc, a au- sência de um posicionamento claro sobre as reformas educati-

vas do governo e a defesa das carteirinhas vinculadas à meia-entrada. Em relação à conjuntura, defende o "Chega de FHC", ou seja, uma mudança de governo pelo voto nas próximas eleições.

A tese "Não Vamos Pagar Nada", enca- beçada pelo O Trabalho, foi montada com independentes a partir de uma política oportunista de se apoiar no conceito atra- sado da rejeição dos partidos no mo- vimento estudantil. Com essa base atrasada, formulou a proposta centrista da "reavaliação" do Creduc, que nada mais é que retocar esse mecanismo de concessão de verbas públicas para as es- colas particulares. Na conjuntura, colo- cou-se pelo Fora FHC e FMI, eleições já!, assim como o PSTU.

O PSTU (Reviravolta) apresenta sua tese reclamando da falta de unidade do bloco de oposição. O tal de "Rompendo Amarras" acabou virando uma ficção, pois todos saíram com teses próprias. Não po- deria ser diferente, pois um bloco unido apenas pela oposição ao PCdoB não se sustenta sem propostas comuns. Revira- volta mesmo do PSTU foi a defesa das carteirinhas da UNE, consideradas con- quista do movimento e que dariam auto- nomia às entidades, com dois retoques: redução de preço e aumento dos repasses para os DCEs e CAs. Está aí uma posição que vacila diante de um princípio funda- mental, que é o da independência finan- ceira das entidades. A carteirinha não é conquista de movimento, é uma imposi- ção aos estudantes; não garante autono- mia, ao contrário, submete as entidades estudantis aos acordos feitos com os go- vernos estaduais e federal. A proposta que defendemos é a meia-entrada para todos, sem obrigatoriedade da carteirinha. Colo- cada em prática, as entidades terão de buscar apoio voluntário junto aos estu- dantes para se manterem, e não viverem desse imposto arbitrário.

O PT/Articulação compareceu dividi- do em duas teses, sem nenhuma diver- gência importante, o que mostra que a divisão tinha mais um conteúdo de dispu- ta aparelhista, mas acabou se unindo du- rante o Congresso. Constituiu-se numa espécie de escudeiro do PCdoB. Apoiou-o em quase todas as votações, o que foi decisivo para a vitória do estalinismo, pois a delegação petista poderia ter mudado o rumo das decisões tomadas. Colocou-se pelo Chega de FHC e defendeu o Creduc e o imposto das carteirinhas da UNE.

Um congresso burocrático

O Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo teve inscritos 1475 delegados, dos quais pouco mais da metade se credenciou. Desses, muitos se- quer sabiam que se tratava de um Con- gresso da UEE. Alguns achavam que participariam de um encontro restrito ao seu curso. O que evidencia a despolitiza- ção da eleição de delegados, que foram inscritos sem maiores compromissos com

as discussões do Congresso. O regimento já preparava um Congresso burocratizado e manipulado, ao dificultar a eleição dos delegados em assembléia e abrir espaço para todo tipo de desvio. O que se viu no credenciamento foi a confirmação disso: grande parte dos crachás da oposição com problemas (espera de até 20 horas para resolver), e confecção de crachás de gru- pos ligados à situação de forma suspeita.

A dinâmica do Congresso foi prepara- da para que os estudantes tivessem uma atitude passiva diante das discussões. Foi iniciado com palestras de figurões, inclu- sive de partidos burgueses, que tiveram montado um palanque para defenderem suas posições junto aos alunos. Os grupos de discussão só aconteceram no sábado à tarde, não abrangeram todos os temas e foram simultâneos, ou seja, não era pos- sível participar das discussões de, por exemplo, universidade pública e privada, ou Creduc e Movimento Estudantil. Ti- nha-se de escolher apenas um deles, ou ficar pulando de grupo em grupo.

O PCdoB marcou o Congresso para o dia das mães, numa cidade do interior e sem nenhuma sinalização para se chegar até o local dos trabalhos. Alojou seus delegados bem próximos do Ginásio de Esportes e colocou ônibus fretado para levar e trazer seus delegados encabresta- dos. A oposição teve de ficar longe e mal acomodada. Havia seguranças contrata- dos, semelhantes aos bate-paus de Rober- to Felício da Apeoesp, que bloqueavam portas, impediam acesso à mesa da Ple- nária Final e estavam prontos para agir em defesa dos burocratas do movimento estudantil.

A falta de discussão política foi a tônica do Congresso. Pouco mais de duas horas de grupos de trabalho, sendo que nem mesmo se realizou um grupo de con- juntura. Apenas seis propostas votadas em plenário, sendo 4 delas de organização da diretoria. O PCdoB veio ao Congresso disposto a abortar os debates, levar a direção e encerrar o Congresso se possível no sábado mesmo. O pior disso tudo é que a chamada oposição tem responsabili- dade parcial por isso.

No sábado à noite se sistematizaram as propostas para votação na plenária final de domingo. Foi quando ocorreram os conchavos e negociatas entre oposi- ção e situação, que resultaram num blo- co de propostas "de consenso", que nada mais eram que um amálgama das posi- ções de ambos, sem nenhuma clareza e que por isso não servem para nada. Ne- gociou-se que iriam a plenário apenas algumas poucas propostas: o Fora FHC/Chega de FHC, o Creduc, as carteirinhas, o período entre congressos e o funcionamento e composição da direto- ria. Assim, sob a batuta dos conchavos, foram "consenso" no Congresso a defesa das CPIs fajutas, o julgamento de Pino- chet (não se sabe por quem), a defesa da paridade nos órgãos de poder da univer- sidade e assim por diante.



Plenária Final

A plenária iniciou com um adiamento da votação sobre conjuntura, requerido pela oposição para se tentar um consenso, já que o PCO propôs um Fora FHC formalmente diferente (por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo), mas com o mesmo conteúdo de saída eleitoral.

A seguir, votou-se o Creduc. Havia três propostas: ampliação do Creduc (PCdoB/PT-Articulação), reavaliação do Creduc (esquerda do PT/PSTU) e fim do Creduc (PCO, POR). Venceu o PCdoB. É importante notar que a oposição votou na reavaliação do Creduc contra a proposta de fim do Creduc, portanto com conteúdo de preservação e renegociação. Aqueles que se negam a colocar o fim do Creduc também se negam mobilizar os estudantes para o choque contra as escolas particulares e o governo, apontando para a via da conciliação.

A questão das carteirinhas iniciou com a polêmica sobre a carteirinha única internacional, instituída neste ano. A oposição embarcou nessa discussão, que preserva a carteirinha. Foi apresentada a proposta de meia entrada para todos sem obrigatoriedade das carteirinhas, que estava na discussão seguinte. Chegou a haver a defesa do fim da carteirinha obrigatória em plenário, mas logo a seguir a mesa encaminhou o almoço sem a votação.

Quando a plenária se reinstalou, votou-se as polêmicas de composição e funcionamento da diretoria: venceram as propostas de congresso bianual contra o anual, proporcionalidade qualificada contra majoritariedade, diretoria colegiada com presidente contra colegiada simples e eleição em congresso contra eleição direta.

O Congresso bianual é instrumento de preservação da atual burocracia e distanciamento dos estudantes. A proporcionalidade qualificada é um arremedo de democracia, pois exclui as forças minoritárias da direção. A manutenção do presidente é a anulação do caráter colegiado, pois o presidente fala pela diretoria.

A eleição congressual venceu por larga margem. Apenas a Articulação do PT votou na eleição direta. A eleição direta levaria a entidade a se submeter totalmente às pressões do poder econômico e de aparelho. Somente os partidos de estrutura nacional poderiam concorrer de verdade. O congresso, ao contrário, parte da discussão de programa desde a sala de aula e permite a participação de forças minoritárias até na eleição da direção.

O PCdoB, na mesa, propôs a seguir a supressão das discussões e votação sumária da direção. As outras propostas seriam votadas atreladas à votação das chapas. Ocorreu então uma chuva de questões de ordem contra essa arbitrariedade. Uma negociação com as forças da chamada oposição resultou na votação em separado apenas do Fora FHC, em troca de não se votar as carteirinhas em plenário. A própria base da oposição se revoltou contra a não votação das carteirinhas, mas as suas direções já haviam

fechado o acordo.

Nas defesas das propostas, destacamos a unidade das correntes em apontar saídas eleitorais para a atual crise política. A diferença entre situação e oposição está apenas em quando se realizariam essas eleições e que tipo de governo seria formado. Apenas a Corrente Proletária (POR) defendeu uma contraposição ao eleitoralismo, com o "Abaixo FHC e Fora o FMI, Greve geral para derrubar o plano antinacional e antipopular, frente única antiimperialista". Essa proposta acabou contando com alguns votos da bancada do "Não vamos pagar nada", mostrando que o eleitoralismo não é uma unanimidade.

Por uma nova direção

O Congresso burocratizado serviu para mostrar a impotência de uma oposição sem programa. Para vencer o PCdoB e desburocratizar a UEE e a UNE, é necessário construir uma nova direção que se apóie nas reivindicações dos estudantes, no método da ação direta, na independência política, econômica e organizativa, na luta pela derrubada da reforma educativa do governo e de seu plano antinacional e antipopular, na unidade com o movimento operário e camponês, na democracia estudantil, na luta pelo ensino público, gratuito, laico, único e vinculado à produção social, enfim, num programa revolucionário de destruição do capitalismo.

Síntese das Propostas da Corrente Proletária Estudantil ao Congresso da UEE/1999

Nacional

1 - Abaixo FHC e Fora o FMI. Greve Geral para derrotar o plano antinacional e antipopular. Frente Única Antiimperialista.

2 - Contra a corrupção e os crimes de classe da burguesia, nada de ficar a reboque das CPIs fajutas, defesa dos Tribunais Populares para julgar e punir de verdade.

3 - Pela aliança operário-camponesa-estudantil. Fim do latifúndio, terra aos camponeses pobres. Defesa das ocupações de terra. Apoio aos saques.

4 - Defesa das reivindicações das massas.

Educação

1 - Combate às reformas educacionais dos governos. Rechaço à LDB, PNE, PECs privatizantes, ao Provão, ao Fundef e ao Creduc.

2 - Pela paralisação de todas as reformas curriculares, que têm servido para adaptar os cursos à falta de verbas, até que os estudantes tomem posição a respeito.

3 - Pelo fim do ensino privado. Fim de qualquer subsídio estatal ao ensino pago e religioso. Estatização de todas as escolas pagas sob controle da comunidade universitária. Fim dos vestibulares. Vagas para todos.

4 - Fim das parcerias com as empresas privadas. Universidade financiada exclu-

sivamente pelo Estado. Verbas públicas de acordo com as necessidades das universidades.

5 - Pela real Autonomia Universitária. Abaixo a burocracia universitária. Sobrerania da assembléia universitária (alunos, professores e funcionários). Governo universitário tripartite, subordinado à assembléia universitária. Eleição de todos os cargos de forma direta e universal, e com revogabilidade de mandato. Nenhuma ingerência externa dos governos ou dos capitalistas sobre a universidade. Universidade ao lado dos explorados contra os exploradores e seus governos. Livre acesso ao campus. Fora a PM e guarda da universidade.

6 - Pelo ensino público, gratuito, laico, único, vinculado à produção social.

7 - Defesa da assistência estudantil

Movimento Estudantil

1 - Pela democracia na UNE e UEE. Construir novas direções para o movimento estudantil, baseadas no programa revolucionário, no método da ação direta, defensoras da democracia estudantil, da independência política (de classe) diante da burocracia, dos governos, dos partidos e organizações capitalistas. Fim do eleitoralismo.

2 - Meia-entrada para todos os estudantes e a juventude. Fim do vínculo da carteirinha da UNE com a meia-entrada. Que a UNE seja sustentada pela contribuição voluntária dos estudantes e por campanhas financeiras independentes.

3 - Trabalhar pela unidade das lutas que têm ocorrido. Construir comitês de mobilização, em que os estudantes de base possam quebrar o bloqueio imposto pelas direções.

4 - Por Congressos com ampla participação de base. Privilegiar a escolha dos delegados em assembleias. Quorum da eleição de delegados de acordo com o estatuto da entidade de base, respeitando suas particularidades. Proporcionalidade sem restrições na composição das direções e funcionamento colegiado.

(Escreva para obter o texto completo)

Educação



Por que não foi possível a unidade da Oposição

As eleições para a diretoria da Apeoesp ocorrerão no dia 18 de junho. A Articulação, corrente política que dirige o sindicato, comparece com duas chapas. Uma apoiada pelos Felícios, presidida por Maria Izabel (Bebel é vice-presidente da atual gestão) e, outra, pela ex-parlamentar Bia Pardi e alguns membros da diretoria. Ou seja, uma parte da diretoria ficou na chapa de Bebel e outros se aliaram a Bia Pardi.

O PSTU se juntou com outras correntes petistas (Nova Opção, Força Socialista, O Trabalho). Lançou a chapa "Alternativa de Luta".

O POR participou de plenárias e da Convenção para outra chapa, juntamente com a Liga Operária, Coletivo dos Trabalhadores e independentes, para discutir o programa e a Carta de Princípios. Porém, essa unidade foi quebrada. O rompimento efetuado pela Liga e independentes obrigou os defensores da Carta de Princípios a objetivar novas plenárias e a perspectiva de uma nova chapa.

Liga Operária (LOI) e os chamados independentes prepararam um golpe contra a Carta de Princípios

As plenárias e seminários para discussão dos pontos programáticos e de uma Carta de Princípios foram realizadas logo após o Congresso de Goiânia (jan/99). Após quatro plenárias, foi votada a Carta de Princípios. Como parte do processo, a comissão organizadora reuniu todas as contribuições escritas, para que pudessem preparar com antecedência. Na reunião, que tinha essa função, somente o POR

apresentou a proposta de Carta. Os independentes, com um membro na comissão, não se opôs à totalidade dessa Carta. Ao contrário, mostrou que possuía poucas diferenças. A Liga, que não compareceu na reunião, se calou. Após uma semana, os independentes divergiram em todos os pontos da Carta. A Liga, que não apresentou nada escrito, se aliou aos independentes, apoiando suas formulações. Um acordo às pressas e muito oportunista.

Na plenária de discussão e aprovação da Carta de Princípios, as propostas apresentadas pelo POR obtiveram maioria. A Carta aprovada serviria de instrumento para convocação de professores para a Convenção. A própria Liga defendeu que as regiões se organizassem sobre a base do que foi aprovado, para formação das chapas regionais para o CR.

Porém, após a aprovação da Carta, a situação tomou rumos mais claros. A Liga e os independentes boicotaram a distribuição da mesma. Os Independentes, que militam na região da Lapa, não participaram da reunião regional para a discussão dos princípios aprovados. No dia 30 de abril, durante da marcha da educação, tanto a Liga quanto os independentes não pegaram nenhuma Carta para convocar. No 1º de maio, o POR conversou com a Liga e esta em momento algum colocou que estaria apresentando uma nova Carta de Princípios. Alguns independentes, presentes no ato, também se calaram sobre esse novo documento. No dia da Convenção, chegaram atrasados. Somente quando a mesa foi instalada e a pauta estabelecida é que iniciaram a distribuição de dois documentos: Uma Carta de Princípios e o Programa para a Chapa, ambos assinados pelos Independentes e a Liga.

Como se vê, arquitetaram nas costas dos próprios companheiros que participavam das reuniões e plenárias preparatórias. Tiveram a mesma conduta de burocratas e oportunistas: esconderam, reuniram às escondidas, guardaram os documentos para ser surpresa e toda sorte de mesquinha política. Essa atitude foi caracterizada como um golpe por todos aqueles que saíram da Convenção, pois esta não mais estava sobre a base da lealdade política e dos princípios revolucionários.

A Liga e os Independentes romperam com os princípios votados na plenária, que antecedeu a Convenção. Construíram uma chapa negando princípios elementares da luta classe, a exemplo do sindicato como instrumento da luta de classe, da ação direta etc.

O POR, parte dos militantes do Coletivo dos Trabalhadores e independentes, reorganizaram novas plenárias para uma avaliação do golpe desfechado na Convenção. O resultado foi a defesa da Carta de Princípios, a aprovação do programa e, finalmente, a constituição de uma nova chapa. O nome de Oposição Revolucionária é a expressão da essência dos princípios e programa. Apresentamos abaixo o programa.

Programa da chapa "Oposição Revolucionária" para as eleições da Apeoesp

Os trabalhadores da educação se defrontarão nessas eleições com várias chapas. Nosso desejo é que houvesse uma unidade opositora contra a burocracia sindical da Articulação e seus aliados. Entretanto, isso não foi possível. A razão está em que tal unidade dependia e depende das idéias programáticas. Sem a defesa dos princípios revolucionários e do programa de reivindicação classista, a oposição não faria senão reproduzir o sindicalismo burocrático e conciliador.

Ao contrário disso, essa chapa expressa princípios e programa da luta pela destruição do capitalismo, de onde vem todas as chagas sociais que sacrificam a vida dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, defende a construção da sociedade sem classes, o socialismo.

Não amenizamos as idéias e as posições políticas para ganhar votos e unificar correntes opostas. Temos as eleições como um momento de expor para os trabalhadores da educação o programa revolucionário.

O nome escolhido de Oposição Revolucionária não foi ao acaso. Objetiva refletir, sem atenuantes, o programa de luta de classe.

I. Derrubar o capitalismo, construindo o socialismo

Hoje o mundo todo vive a crise histórica do capitalismo. Trata-se da agudização da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de produção. A superprodução, as guerras comerciais, as desvalorizações cambiais, o desemprego crescente, a miséria de milhões de seres humanos e a ampliação do capital parasitário são manifestações dessa crise do capitalismo.

Os países capitalistas mais avançados aumentam a opressão sobre a maioria das nações, para evitar que os efeitos da crise se alastrem sobre seus



países. Não é por acaso que impõem os chamados planos neoliberais. Por outro lado, o estreitamento do mercado mundial e as disputas entre as potências têm provado as intervenções bélicas. A ação da OTAN na Iugoslávia nada mais é do que o intervencionismo dos Estados Unidos para obter o controle da região dos Balcãs.

Esse sistema econômico descarrega sobre os trabalhadores do mundo inteiro o peso da crise. O crescente desemprego mundial e a fome generalizada impõem a barbárie para bilhões de habitantes. Os trabalhadores têm resistido em todos os países. As recentes manifestações na Coreia do Sul, Chile, Bolívia, Alemanha, França etc são provas da disposição de luta do proletariado e demais classes oprimidas do mundo. Porém, o movimento dos trabalhadores sofre o bloqueio de suas direções. Estas estão à mercê da política colaboracionista ditada pela CIOISL (sindical internacional da social-democracia) e suas vertentes.

A crise do capitalismo se converte em barbárie social (desemprego, fome etc). Ou os trabalhadores lutam para romper o bloqueio imposto por suas direções e caminham para destruir esse sistema econômico ou a barbárie continuará se alastrando. A destruição do capitalismo e a construção do socialismo é uma tarefa histórica do conjunto dos trabalhadores.

Fora a OTAN da Iugoslávia!
Pela autodeterminação dos povos!
Pela derrubada do capitalismo!
Pela Revolução Socialista!

II. Derrubada integral dos Planos governamentais, Abaixo o governo FHC e Fora o FMI

O governo FHC submete o Brasil ao saque das potências capitalistas. As reformas que vêm sendo implantadas nada mais são do que a abertura da economia nacional para o capital estrangeiro. E isso resultou na explosão do endividamento do país, na entrega das estatais para o capital multinacional, na falência dos Estados e municípios, na quebra de setores industriais e na destruição maciça de postos de trabalho, na destruição da saúde e educação públicas e no fim das conquistas sociais dos trabalhadores. O desemprego crônico, a flexibilização do trabalho, a destruição das conquistas sociais, a imposição do salário mínimo de fome de 136 reais e o fim dos reajustes salariais demonstram o brutal ataque do governo sobre os trabalhadores.

Estes têm reagido. As manifestações, greves e ocupações ocorreram em quase todas as categorias. O movimento sem-terra resiste à pressão dos latifundiários e governo, ocupando as

terras e realizando marchas e mobilizações em vários Estados. O governo e os latifundiários, por sua vez, combatem utilizando a repressão militar e assassinando os sem-terra. Os assassinatos no campo, a exemplo de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, evidenciam a violência reacionária do Estado burguês contra os trabalhadores que lutam pela terra. Em São Paulo, o assassinato de Jurandir dos Santos e Roberto de Oliveira Duarte, em São José dos Campos, mostra bem como o Estado responde às reivindicações dos sem-terra. É necessário punir os responsáveis por esses crimes de classe. Defendemos para isso, a constituição dos Tribunais Populares.

A unidade dos trabalhadores e a defesa da ação direta para pôr abaixo os Planos governamentais e o governo FHC e o FMI se contrapõe à política das direções sindicais, que visam as frentes eleitoreiras.

Abaixo o governo FHC! Fora o imperialismo!

Pela unidade e ação direta dos trabalhadores!

Pela Resistência Revolucionária!

III. Fora com as frentes eleitoreiras e defesa da unidade dos trabalhadores para pôr abaixo o governo FHC e o FMI

Diante da crise que atravessa o país, os reformistas e centristas se empenham na formação de uma frente eleitoreira. Querem retirar FHC e convocar novas eleições. Atrélem os sindicatos e a luta a essa frente eleitoreira. Com isso, acabam favorecendo o próprio governo, pois as mobilizações, as greves estão a serviço dessa política de substituição de governantes. Não tocam, portanto, na raiz do problema, que é a superação do modo de produção capitalista, mundialmente em crise.

Lutar contra FHC é lutar pelo rompimento com o FMI. Significa defender a independência política em relação à dominação e a intervenção do capital internacional em nosso país. A frente que defendemos é a da unidade dos trabalhadores, através dos seus próprios métodos (greves, ocupações etc) para expulsar o FMI e pôr para abaixo o governo que impõe a fome e o desemprego para as famílias dos trabalhadores. Nenhuma ilusão na democracia burguesa e seu Parlamento. Construir a resistência revolucionária.

Abaixo as frentes eleitoreiras!

Pela unidade dos trabalhadores numa frente de luta contra o governo, seus Planos e os órgãos imperialistas!

Não pagamento das dívidas interna e externa!

Emprego a todos! Redução da jornada de trabalho, sem redução de salário!

Reajuste imediato dos salários e escala móvel de reajustes!

Reforma agrária, terra aos camponeses pobres!

Fim dos pactos e acordos realizados pela burocracia sindical!

IV. Covas impõe o projeto neoliberal em São Paulo

Desde 95, nós, ligados a esta chapa de Oposição, dizíamos que era preciso enfrentar Covas. Que Covas iria desenvolver rigorosamente o projeto neoliberal de demissão e destruição da escola pública, tal como determinava o FMI, Banco Mundial e FHC. A diretoria da Apeoesp (Articulação), acreditando no apoio que dera a Covas em 94, no segundo turno, buscou aproximação, logo rechaçada por Rose Neubauer. Não dando certo a política de conchavos, a diretoria da Apeoesp foi capitulando frente ao projeto de reestruturação do ensino público. A diretoria, ao invés de mobilizar os professores, buscou aproximação com os deputados para favorecer o reatamento dos conchavos, fortaleceu as ações via Justiça, iludindo a categoria com a idéia da possibilidade de derrotar Covas por essas vias. Caravanas, aerogramas, abaixo-assinados substituíram o método da ação direta. Os resultados estão aí para todo mundo ver: fim da aposentadoria especial, mais de 40 mil demitidos, destruição da carreira do magistério, fechamento de escolas, redução da grade curricular, salas de aula superlotadas etc.

A nós da Oposição Revolucionária, a única via para derrotar a política do governo de destruir a educação pública e as conquistas dos trabalhadores da educação é a mobilização direta. Colocar a Apeoesp (sindicato) a serviço da luta consequente em defesa do ensino público e gratuito para todos e em todos os

Educação



níveis (do infantil ao universitário).

Unidade dos trabalhadores e alunos para defender a escola pública e gratuita

V. Defesa da escola pública, gratuita, laica, científica e autônoma

A reforma educacional, que vem sendo aplicada em todo o país, tem como essência a privatização do ensino público. Esta reforma é parte das reformas mais gerais do Estado, cujo conteúdo a desobrigação deste para com a educação pública. Por isso, está assentada na ampliação da privatização e na demissão.

A municipalização do ensino fundamental e, agora, a chamada reorganização do ensino médio são instrumentos para pôr em ação a reforma privatista da educação básica. A implantação tem causado demissão em massa de professores, o rebaixamento salarial e eliminação de conquistas históricas do magistério. Ao mesmo tempo que sucateia ainda mais as condições de trabalho (salas superlotadas, falta de materiais pedagógicos e ausência de funcionários etc).

A diretoria da Apeoesp (Felícios, Bebel e a ala da Bia Pardi) não é contrária à municipalização e a reforma do ensino médio. Não é por outro motivo que defende com unhas de dentes que a base da categoria participe dos Conselhos Municipais, visando o gerenciamento da crise do ensino público, junto com os setores da chamada "sociedade civil" (OAB, Igreja etc). Ou seja, aqueles que não se opõem à existência da rede privada de ensino e são contra a organização dos trabalhadores da educação para enfrentar a reforma educacional.

Os reformistas se limitam, assim, a apresentar emendas à reforma educacional do governo. Partem do

pressuposto que sob o regime capitalista decadente, a educação poderá ser de "qualidade", "de inclusão" etc. Ludiariam os professores com a idéia de uma escola "crítica, cidadã" nos marcos desse sistema econômico. E, com isso, acabam favorecendo o governo na implantação da destruição da educação pública e gratuita

A Oposição Revolucionária se coloca contra a municipalização e a reorganização do ensino médio. Denuncia a farsa do Plano Nacional das Entidades (aprovado pelas direções no CONED, Belo Horizonte), pois este apenas remenda a reforma governamental, e se coloca pela defesa incondicional da escola pública e gratuita em todos os níveis para toda a população e não somente para os filhos dos burgueses.

VI. Defesa das reivindicações, através do método da ação direta

A Oposição Revolucionária tem em seu programa a defesa:

Emprego a todos. Nenhuma demissão dos trabalhadores.

Fim da Reforma da Educação (Municipalização, Fundef, reorganização do ensino médio etc)

Fim da rede privada do ensino. Controle da Educação pelos trabalhadores da educação, pais e alunos

Nenhuma ingerência do Estado e da Igreja nas escolas

Não participação nos Conselhos gestores (Fundef, Conselhos Municipais etc)

Aumento das verbas para a educação em todos os níveis

Fim das promoções automáticas, classificação e reclassificação, aceleração, da flexibilização da grade curricular e outros instrumentos da Reforma da educação.

Retomada da grade curricular (Filosofia, sociologia, psicologia etc)

Fim da avaliação desempenho e avaliações externas

Piso salarial vital. Reajustes automáticos e imediatos

Redução da jornada de trabalho, sem redução de salário.

Plano de Carreira do Magistério, elaborado e aprovado pelo conjunto dos professores

Aposentadoria especial dos trabalhadores em educação

Não privatização dos serviços de saúde. Defesa do Iamspe, sob o controle dos trabalhadores.

Rejeição ao projeto de Covas de criação do desconto da Previdência

VII. Combater a violência reacionária do Estado sobre os trabalhadores e alunos

O governo reprime violentamente os

trabalhadores. Assassina camponeses, reprime as greves, ocupações etc e pune os lutadores. Agora, quer militarizar as escolas. Em nome de combater a violência, o Estado impõe a polícia para dentro das escolas.

A agressividade da juventude nas escolas, e da violência em geral na sociedade, é consequência da decomposição social do capitalismo. O desemprego é sua principal expressão. Para combater a marginalidade, defendemos: emprego imediato a todos. Que os jovens passem um tempo na produção e outro nos estudos. Que os pais, estudantes e trabalhadores da educação de fato controlem a escola e determinem o seu conteúdo. A intervenção da polícia somente agravará a situação.

A Oposição Revolucionária defende: Fora com a polícia das escolas

Mais verbas, funcionários e condições de trabalho

VIII. É preciso derrotar a Articulação (Felícios, Bebel, Bia Pardi) e os demais centristas

A Apeoesp (sindicato) está a serviço da política de colaboração com o governo. Não é por acaso que a diretoria não convoca assembleias, não organiza os professores para lutar contra a reforma e as demissões e se utiliza dos métodos reacionários do Estado para punir os lutadores. O uso da violência gangsteril, contratação de bate-paus para expulsar os professores do sindicato e fiscalizar as assembleias e congressos, tem sido prática comum da Articulação, diretoria. Da mesma forma, recorre à Justiça burguesa para incriminar professores. O processo aberto contra Antônio Justino (Tonhão), que levou a condenação por dois anos, é o exemplo mais recente dessa prática política.

Somente uma Oposição revolucionária, que sempre se contrapôs a essa burocracia pode retomar a Apeoesp de luta. Colocar o sindicato na defesa das reivindicações dos professores e na luta contra o Estado destruidor do ensino público.

Nessa eleição, a Articulação aparece com duas chapas. Ambas são "farinha do mesmo saco". A chapa da Bia Pardi é uma variante do peleguismo feliciano. Não vamos esquecer de que Bia Pardi fez parte da diretoria da Apeoesp, juntamente com Roberto e João Felício, e não se opôs à política de conciliação de classe. Ao contrário, usou do seu mandato legislativo (como deputada) para defender a política dos conchavos com o governo. Não o colocou a serviço da organização e da luta dos professores para enfrentar o governo Covas. A divisão da Articulação é somente aparelhista, ou seja, quem vai dirigir o maior aparato sindical da CUT.



A chapa "Alternativa" é composta por membros que já dirigiram a Apeesp com os Felícios e estão juntos no PT. O PSTU se junta aos petistas. Essa chapa é a continuidade do que ocorreu no congresso da CNTE, janeiro de 99. Portanto, não diferem da essência do reformismo. O radicalismo nas palavras não substitui a conduta dessas correntes na luta contra o Estado. Basta que lembremos a posição vacilante do PSTU nas greves e conciliadora

em relação ao combate à burocracia da Apeoesp.

As chapas que recusaram a defender claramente o programa revolucionário se colocaram no campo da capitulação. Ora em nome do atraso político dos professores, ora em nome das alianças eleitorais.

De nossa parte, trabalhamos por construir uma direção classista, que expresse o programa revolucionário de destruição da sociedade de classe. As

idéias devem refletir a contundência da luta de classes e da crise geral do sistema capitalista de produção. Rechaçamos o ilusionismo reformista e a política que tira dos trabalhadores a tarefa de lutar com suas próprias forças coletivas contra a exploração do trabalho. A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

Rio Grande do Norte:

Direção burocrática do SINTE veta os posicionamentos políticos nas assembleias

O magistério do Rio Grande do Norte e da cidade do Natal, depois dos anos 90, começou a amargar sucessivas derrotas econômicas. A exemplo de perdas de direitos sociais, arrocho salarial nunca antes visto etc. O salário base do professor de 1a a 4a é de R\$ 40,00 e do graduado R\$ 96,00.

O retrocesso tem sido imposto pelo governo graças à conivência da direção do SINTE, composta pelo PT/PCdoB. Nos últimos tempos, tem elevado a tal ponto a burocratização do sindicato que tudo faz para evitar a organização das lutas. E, para evitar a pressão das bases e da vanguarda, a direção vem mutilando as assembleias, a ponto de cecear os posicionamentos políticos da oposição. A quebra da democracia das assembleias é o maior indicador de burocratização autoritária.

A assembleia do dia 4/5 refletiu essa situação. A direção jogou pesado para que não se confrontassem duas posições antagônicas em relação à Campanha Salarial. Ao perceber que haveria polarização com a proposta da Corrente Proletária da Educação, simplesmente cortou a discussão e impôs seus pontos de vista. Ou seja, que a pauta de reivindicações já estava determinada pelo Congresso do SINTE e que não caberia nenhuma contraposição.

E qual era a pauta?

- Defesa de emprego, terra e cidadania;
- Defesa do PNE;
- Defesa da segurança nas escolas.

Nós rechaçamos essa pauta. Eis as razões: primeiro, não constam as reivindicações da campanha salarial (reposição de todas as perdas, salário mínimo real de 1800, incorporação de abonos e gratificações etc); segundo, não faz a defesa real do emprego através da redução do número de alunos por sala de aula, escala móvel

das horas de trabalho etc; terceiro, o PNE do II Coned mantém a defesa do ensino privado; quarto, a segurança na escola significa militarizar (policiamento escolar); quinto, para a burocracia, a melhoria do ensino se reduz à defesa do livro didático imposto pelo governo, uma vez que não são os professores que decidem; sexto, a defesa da cidadania é uma ilusão burguesa de melhoria de vida dos trabalhadores integrando-se à ordem social capitalista; sétimo, não há uma verdadeira luta pela terra, pois isso implica colocar em prática a aliança operário/camponês e desenvolver o programa antiimperialista e anticapitalista. A burocracia é ferrenha opositora à constituição de uma frente única antiimperialista, apresentada por nós na assembleia.

Está aí a total polarização política entre a burocracia estalinista/petista e a Corrente Proletária da Educação. E a razão pela qual a direção do SINTE mutilou a assembleia.

A burocracia e o governo

A abertura da campanha salarial contou com um café à imprensa e uma palestra sobre a educação. O palestrante: secretário da educação. Justamente um representante do governo, responsável pelo violento ataque ao ensino público. Para concluir o congraçamento burocracia/governo burguês, o Sindicato ofereceu um lanche para o secretário com o dinheiro dos trabalhadores. Os escravizadores são recebidos com pompas. Imagine se haverá alguma sombra de campanha salarial!

A subserviência da burocracia não tem limites. Trata-se da submissão do reformismo petista e dos estalinistas aos capitalistas, que não precisam do chicote para domá-los. São amansados pela corrupção política e material que campeia nos sindicatos.

A luta por uma direção revolucionária passa pela expulsão dos traidores e emancipação dos sindicatos da política patronal.

Omissão e adaptação do MTS (PSTU)

A conduta do PSTU é de não confrontar a burocracia. Simplesmente admitiu a pauta da burocracia, não fazendo nenhum reparo. Fez apenas uma defesa: Fora FHC e o FMI, em substituição a "contra a política de FHC e seus seguidores". Trata-se de uma bandeira do Bloco de Esquerda, que inclui a defesa de eleições presidenciais antecipadas. A derrubada do governo antinacional e antipopular é uma tarefa revolucionária, e não tema de campanha eleitoral. E, como tal, trata-se de organizar a luta de massa contra o governo e a burguesia de conjunto. O ponto de partida para avançar nesse sentido está em organizar os explorados em torno de uma plataforma de reivindicações. O PSTU, ao se calar diante das tarefas da campanha salarial, mostrou bem o conteúdo oportunista do "Fora FHC". Eis por que a assembleia logo concordou que esse ponto deveria ser melhor discutido antes de ser votado.

Educação



Está na hora de organizar a categoria

Com o passar dos anos, os sindicalistas deixaram de lado algumas bandeiras, como por exemplo, a redução das horas de trabalho, aumento real de salário, comissões de fábrica etc.

Emaranharam-se nas estruturas sindicais e parlamentares e não querem largar esta fatia do poder.

Para manter esses privilégios, traem os trabalhadores da forma mais canalha.

Na prática não existe diferença entre a maioria dos dirigentes cutistas e os da Força Sindical. Estão comprometidos com os patrões representados pela FIESP. Ficam inventando fórmulas para aumentar os lucros dos patrões.

Tanto setores da

CUT quanto a Força Sindical forjaram o banco de horas e o contrato de trabalho temporário. A primeira obriga os operários a trabalhar no sábado sem ganhar horas-extras, isto quando não são obrigados a ficar além do expediente (tirando inclusive a vaga de outros companheiros). A segunda deixa um amplo campo para os patrões lesarem os trabalhadores, já que não há nenhuma das garantias da CLT (que aliás são pouquíssimas). Além disso, fazem acordos de redução salarial ou de perda de benefícios, afirmando que é melhor perder algumas coisas mas continuar empregado.

Os pelegos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ficam construindo prédios, colônias de férias, pesqueiro e uma infinidade de outras bobagens para atrair novos sócios e com isto aumentar seu poderio, deixando de lado a luta.

Falam que têm de dialogar, mas a cada diálogo entre patrões e sindicato os trabalhadores vão perdendo mais

e mais suas conquistas.

Um exemplo foi o Primeiro de Maio, que deveria ser comemorado com luta, já que expressa as primeiras lutas operárias. Foi comemorado como uma grande festa no sambódromo, com o sorteio de 10 carros e outros prêmios, todos comprados com o dinheiro que deveria ser utilizado para organizar a classe, montar um fundo de greve, enfim para afiar a luta. Depois vão na imprensa e falam que os trabalhadores estão mobilizados.

Balela pura, só vão aos portões da fábrica para propagandear suas colônias e pesqueiros.

É por estas e por outras que devemos nos organizar contra as arapucas desses parasitas, resgatando o Sindicato para devolvê-lo a quem pertence de fato, aos metalúrgicos, para que cumpra o seu papel de luta, frente a essa crise que está aí e que não foram os operários que a causaram.

Saúde

Fora o agente do imperialismo George Alleyne

O diretor da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) George Alleyne, esteve no Brasil a convite de instituições religiosas. Ele foi enfático na defesa da mercantilização da saúde, defendendo o fim da gratuidade no serviço público. Para isso, se apegou no sucateamento da saúde pública. Os exemplos são diários:

Os jornais mostram que no SUS (Sistema Único de Saúde) já estão fazendo seleção de crianças nos hospitais públicos. As que têm condições de ficarem boas poderão ser tratadas; as outras morrerão. Isto pela falta de insumos básicos para o atendimento, pela carência de leitos e equipamentos e pela falta de médicos e enfermei-

ros. As cifras são assustadoras, morrem no país 850 crianças por dia (mais de 310 mil por ano) por falta de saneamento básico, alimentação, vacinas, assistência médica. A taxa de mortalidade é assustadora no estado de Alagoas: de cada 100 mil crianças, 450 morrem e em muitos estados brasileiros os números não são diferentes.

Não só são as crianças as mais atacadas. No Rio de Janeiro, na Clínica Santa Genoveva, morreram 102 aposentados no início de 99, por pura falta de alimento (literalmente morreram de fome).

Várias doenças que já estavam controladas passam a ser novamente epidêmicas: dengue, meningite, tuberculose, sarampo, cólera, leptospirose etc.

Coisas que precisam apenas de um mínimo de organização são deixadas de lado, prevalecendo a corrupção. Em Minas Gerais, cerca de 80 toneladas de remédios deverão ser incinerados, pois foram comprados já com o prazo de validade terminado. No Paraná, serão 3 toneladas de uma marca de pomada. Isto sem falar das

pílulas de farinha vendidas no lugar das verdadeiras.

Mas o que o Sr. George Alleyne não diz é que o grande responsável por isto é o próprio sistema econômico que ele defende. A crise mundial obriga os países de economia atrasada, como o Brasil, a tirar todo dinheiro da saúde, da habitação, da educação, enfim dos serviços sociais para pagar as dívidas externa e interna. Com isso, vidas se perdem, degrada cada vez mais as condições de existência da população (aumento da carestia), jovens e crianças passam a carregar sinais de desnutrição e de má formação para o resto da vida. E, numa época que nem sequer temos emprego, o Sr. George Alleyne vem falar em acabar com o serviço público gratuito. E como fica a posição da Igreja que dirige o movimento de saúde em Guarulhos? Apóia as idéias reacionárias do diretor da Organização Panamericana de Saúde?

É necessário construir uma nova direção para o movimento, pois quem comunga com esta posição do Sr. Alleyne não consegue defender uma Saúde Pública e Gratuita para Todos.



Embu-Guaçu: população e estudantes protestam contra nepotismo institucionalizado

A Câmara Municipal de Embu-Guaçu aprovou em abril um projeto que institucionaliza o nepotismo, com a contratação dos chamados "assessores" dos parlamentares, ganhando 1145 reais cada um. Diante dos grandes problemas do município, essa medida é um escarro sobre a população pobre, que não tem direito a saúde, educação, vias públicas etc.

Cerca de 2 mil manifestantes foram à Câmara Municipal no dia 13/04 protestar contra esse projeto. Os vereadores se intimidaram e alguns deles voltaram atrás no apoio ao projeto.

Logo a seguir, o presidente da Câmara reivindicou da polícia uma investigação, com o claro propósito de perseguir as lideranças e intimidar o movimento. Vários dos presentes fo-

ram chamados a depor na delegacia. E policiais têm entrado nas escolas e perguntado sobre a presença de professores justamente nas 3as feiras, dia de votações na Câmara.

Em 20/04, nova manifestação é impedida de entrar na Câmara por um grupo de 50 PMs, armados com bombas, escudos, cacetetes, 15 carros de polícia.

Os populares reivindicam a revogação da lei do nepotismo e a entrega desses recursos para um comitê popular, eleito diretamente nos movimentos, que decidiria o que e como fazer com esse dinheiro.

O episódio mostra:

Que a luta popular tem de caminhar de modo independente, confiando em suas próprias forças, e não na via institucional imposta pela classe

dominante.

Que a luta conseqüente contra a corrupção burguesa leva à organização dos oprimidos de forma independente, que aponta para a construção de poder paralelo (comitês populares).

Que a burguesia procura usar de todos os meios (repressão policial, perseguição política, processos na justiça) para afastar as massas de suas instituições ditas democráticas, mas que na verdade expressam é a ditadura de classe dos exploradores contra os explorados.

Movimento Operário

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciadas no massas n.º 160

COMITÊ CENTRAL

a) Sua Estrutura

Os membros do Comitê Central são designados, por direito privativo, pelo Congresso Nacional. Sem dúvida, em caso de emergência e a fim de manter o bom funcionamento da direção, podem ser cooptados alguns membros, atribuição que também pode ser exercida pelos Comitês Regionais e as células dentro de suas próprias direções, ou o Comitê Central com relação aos estratos inferiores.

Os membros do Comitê Central designarão, de seu seio, o Bureau Político (Comitê Político), presidido pelo Secretário Geral e o Comitê Organizativo.

O Secretário Geral, Representante do Comitê Central e do Partido, é designado pelo voto direto do Congresso e tem maiores atribuições e autoridade que o resto dos membros da direção nacional. É o único que, em determinadas circunstâncias, pode falar em nome do Partido e adotar determinadas decisões, sempre dentro da linha programática, sem prévia consulta ao Comitê Central, mas sendo responsável por tudo que diga ou faça ante este organismo e ao Congresso.

Anexo ao Comitê Político, funciona o comitê responsável por editar o periódico central.

Entre dois Congressos, pode haver reuniões ampliadas do Comitê Central com representantes dos Comitês Regionais ou das Comissões Especiais, a fim

de assegurar um melhor funcionamento do Partido.

b) Suas Atribuições

O Comitê Central tem a obrigação inegável de orientar cotidianamente os Comitês Regionais e através destes, toda a militância sobre as constantes modificações que sofre a situação política; pode emitir circulares ou boletins especiais com tal finalidade.

Para sua própria orientação, concentrará informações das atividades partidárias e políticas de todo o país. O diálogo permanente com as organizações de base, ira assinalando todos os defeitos no funcionamento do Partido e na aplicação da linha política partidária.

O que o Comitê Central não pode fazer é guardar silêncio diante dos acontecimentos políticos, as falhas cometidas pelos Comitês Regionais e as Células. Se isto ocorrer, significaria que o Partido ficou sem direção e a conseqüência imediata seria que cada Comitê Regional começaria a atuar por conta e risco com uma linha diferente do Partido. Deste lamentável estado de coisas para a dissolução da organização não falta mais que um passo.

Entre as atribuições mais importantes do Comitê Central, podemos citar:

Aplicar a linha política do Partido, ou seja, assinalar em todos os terrenos qual deve ser a conduta partidária e a dos militantes; fazer cumprir as resoluções do Congresso, Conferências e as

suas próprias (os militantes, inclusive os que se agrupam nas frações, não podem ignorá-las); interpretar a linha política em vigência com relação às mudanças sofridas na situação política (devendo estas mudanças serem referendadas no próximo Congresso); Controlar o funcionamento dos Comitês Regionais; vigiar a aplicação do estatuto etc.

Uma direção nacional que não interage permanentemente com os organismos inferiores, que não orienta a todo momento a atividade política, que não explica o que ocorre no país e no mundo, deixou de dirigir o Partido e pode contribuir para sua desagregação, pois cada organismo inferior atuará como achar mais conveniente.

O órgão periodístico central do Partido reflete a linha oficial, é um poderoso instrumento coesivador da atividade diária e permite ao Comitê Central ditar suas normas organizadoras:



Ato contra a OTAN na PUC

Na PUC/SP foi realizado um ato com a palavra de ordem de "Fora a OTAN da Iugoslávia" e "Defesa da autodeterminação dos povos". A iniciativa foi do Comitê Contra a Opressão Social e Política, da Apropuc e Afapuc. A receptividade foi extraordinária. O anfiteatro lotou das cadeiras aos corredores.

Representou o Comitê, Erson; a Apropuc, Madalena; a Afapuc também estava presente.

O ato iniciou com a exposição do Comitê, que mostrou a necessidade de

derrotar o imperialismo e defender incondicionalmente a Iugoslávia. Enfatizou a necessidade da luta antiimperialista e anticapitalista ser desenvolvida em nosso país. Em seguida, Madalena expôs os objetivos saqueadores do ataque imperialista.

A palavra foi aberta ao Plenário. Pronunciaram-se: um representante do Partido Operário Revolucionário (POR); do Partido da Causa Operária (PCO) e pessoas do plenário.

As críticas de um dos presentes de que a posição colocada pelos organizadores não levava em consideração o genocídio contra os albaneses abriram uma áspera

discussão. Em contraposição, vários oradores, inclusive do POR, colocaram que, com a intervenção do imperialismo, todo problema se concentrou na luta pela derrota da OTAN, sem o que não é possível defender a autodeterminação dos povos, incluindo aí o direito de separação de Kosovo.

O ato terminou com a leitura de um manifesto que expressava a bandeira de "Fora a OTAN da Iugoslávia" e "Autodeterminação dos Povos". Aprovou-se que o Manifesto seja amplamente divulgado. O Comitê fez um chamado para suas reuniões com o objetivo de continuar a campanha.

Manifesto pelo fim da guerra da OTAN contra a Iugoslávia

A guerra da OTAN contra a Iugoslávia é um atentado à autodeterminação dos povos. Os problemas e conflitos internos, marcados pela guerra separatista em Kosovo, deverão ser resolvidos por eles mesmos.

O intervencionismo da OTAN, sob o comando dos Estados Unidos, transformou os choques internos em guerra imperialista contra a Iugoslávia.

Por detrás da OTAN, estão as potências que dominam e exploram a maioria das nações oprimidas. E, por detrás

das potências, estão os monopólios, o grande capital financeiro e a indústria bélica. Os motivos alegados pelas potências, como direitos humanos e contra a limpeza étnica, servem para acobertar a ofensiva imperialista através do intervencionismo militar.

O mesmo aconteceu com o bloqueio econômico ao Iraque, a imposição da espionagem interna ao país e, em seguida, os bombardeios aéreos.

Os trabalhadores do mundo inteiro devem abrir os olhos para o fato de que as guerras são conseqüências dos choques de interesses econômicos próprios do sistema capitalista.

Frente a uma guerra do imperialismo contra qualquer nação oprimida, nos colocamos pela derrota dos agressores, embora possamos não concordar com o seu governo e o regime social imperante.

A guerra da OTAN contra a Iugoslávia tem um aspecto estratégico mais amplo do que implantar suas posições nos Bálcãs. As potências, principalmente os Estados Unidos e a Inglaterra, objetivam transformar a OTAN em uma força de intervenção mundial.

A crise econômica mundial e a necessidade de ampliação dos domínios nos convencem de que o expansionismo militar irá se ampliar ainda mais.

Somente a resistência dos trabalhadores contra o imperialismo e o capitalismo poderá barrar a ofensiva dessa barbárie.

A luta contra o intervencionismo da OTAN nos Bálcãs é parte dessa resistência.

Fora a OTAN dos Bálcãs!

Defesa da autodeterminação dos povos!

Iugoslávia

Imperialismo Assassino e Espoliador, fora da Iugoslávia

1. A ordem social burguesa vive seus últimos esperneios em meio a uma crise estrutural de dimensões descomunais. Em seu desespero, acredita que pode reflorescer trocando a crise econômica por guerras colonizadoras e pela superexploração dos países atrasados, já convertidos em colônias das multinacionais (imperialismo).

2. As metrópoles imperialistas afogam em sangue e corrupção extrema a sociedade humana. Apesar disso, desintegram-se aceleradamente. O capitalismo cai aos pedaços. O

que nos obriga concluir que a sociedade baseada na grande propriedade dos meios de produção está chegando ao seu fim, prova de que as forças produtivas estão supermaduras para a materialização da revolução social e da ditadura do proletariado.

Os revolucionários têm de entender que - quando se apresenta uma necessidade histórica a realização da revolução proletária - é seu dever elementar pôr em pé e temperar o fator subjetivo da revolução. Agora, na luta diária, temos de fortalecer o Comitê de Enlace Pela Reconstrução da IV Internacional, caminho que nos conduz a edificar uma poderosa IV Internacional.

3. Opomo-nos à invasão armada da OTAN, do imperialismo, à Iugoslávia e outros países atrasados. Opomo-nos a considerações supostamente morais para

justificar tão descomunal crime.

Para rechaçar essa invasão imperialista, partimos da obrigação elementar de defender o direito de autodeterminação dos países atrasados e das nacionalidades e passamos por alto outras considerações.

4. Lutamos contra a invasão imperialista não adotando posições líricas ou lançando unicamente manifestos altissonantes, mas sim trabalhando com firmeza em nossos países para que o proletariado tome o poder, somente assim sepultaremos a vergonha capitalista.

Quando se evidenciam os estertores do capitalismo envelhecido, apodrecido e corrupto, é porque já se manifesta as dores do parto da nova sociedade, do comunismo, que será a sociedade sem classes, sem guerras e sem corrupção.

(Traduzido do Massas boliviano, órgão do POR boliviano)



A tarefa essencial é derrotar o imperialismo

No dia 11, o POR realizou um debate sobre a guerra da OTAN contra a Iugoslávia como parte da campanha antiimperialista e anticapitalista. O expositor iniciou explicando a posição do marxismo-leninismo-trotskismo sobre a questão das nacionalidades, do direito democrático à separação e do imperialismo. Recorreu à formulação do Manifesto Comunista de que somente a extinção da sociedade de classes (capitalismo) porá fim à opressão de uma nação sobre outra.

Esse pressuposto implica que o Partido Revolucionário esteja em contraposição a toda e qualquer forma de opressão nacional. A luta verdadeiramente revolucionária contra a opressão étnica (nacionalidade) coloca o proletariado contra a opressão burguesa. Daí a importância da defesa democrática da autodeterminação dos povos ser parte do objetivo estratégico da revolução proletária.

Foi dentro dessas posições do marxismo que se analisou a guerra civil entre sérvios e albaneses. O que obrigou os presentes a discutir o lugar nefasto do estalinismo/titoísmo, que liquidaram, apoiados no absurdo e reacionário pressuposto do "socialismo em um só país", as conquistas revolucionárias do proletariado. Não por acaso, a restauração capitalista tanto na ex-União Soviética quanto na Iugoslávia passa por guerras separatistas, quando a união das nacionalidades significaram inicialmente um importante passo progressivo. Tal unidade só poderia ser reforçada com o enfraquecimento das divisões de classe em direção à extinção definitiva com a vitória histórica mundial do comunismo sobre o capitalismo. Nos marcos nacionais, as forças produtivas embrionariamente socialistas não puderam avançar a ponto de liquidar as diferenças e desigualdades nacionais que persistiram.

O fracasso do estalinismo, que os ideólogos da burguesia insistem confundir com o marxismo-leninismo, acabou expondo as fraturas entre as nacionalidades. Isso significa que a opressão nacional continuou a existir sob a máscara do socialismo estalinista/titoísta. Sem dúvida, trata-se de um grande retrocesso a desintegração da Iugoslávia (assim como da ex-União Soviética). Ao mesmo tempo em que expressa as tendências burguesas/pequeno-burguesas restau-

acionistas, coloca as nacionalidades sob o comando do imperialismo.

Entretanto, não há como lutar contra esse movimento restauracionista sem defender o direito a autodeterminação, sob o princípio do direito à separação e sob a luta revolucionária contra a opressão nacional. Só assim é possível e coerente desenvolver entre os explorados o programa estratégico do proletariado.

No caso da intervenção da OTAN, a guerra civil separatista, que deveria ser resolvida pelas partes em luta, foi transformada em guerra do imperialismo contra um país atrasado, que se encontra na condição de país oprimido. Está aí por que a tarefa revolucionária se concentra na unidade internacional do proletariado para derrotar o imperialismo.

De forma alguma essa tarefa implica desconhecer o conflito de nacionalidades no interior da Iugoslávia. A propósito, estamos obrigados a esclarecer o máximo a resposta do marxismo. Defender o direito de separação não significa defender o separatismo. A unidade espontânea de nacionalidades afins, como no caso dos povos balcânicos, potencia as forças produtivas. Nas condições atuais, tal unidade só pode ser revolucionária, ou seja, fruto da derrota da burguesia pelo proletariado e erradicação dos interesses nacionais mesquinhos (nacionalismo).

A centralização democrática só é possível sob um Estado operário. Como se vê, reconhecer na prática o direito de separação significa não admitir nenhuma forma de opressão nacional, em que a submissão pela força é a expressão mais concentrada da dominação. A ditadura do proletariado, portanto a existência do Estado Operário, é antagônica ao domínio nacional (opressão de um povo sobre outro). Trata-se de um aspecto essencial da concepção marxista da luta de classes e da sua extinção na sociedade universalmente comunista.

O debate concluiu reforçando a necessidade de construir o partido mundial da revolução socialista. O Comitê de Enlace é seu embrião. O avanço organizativo do POR no Brasil, sob a base do Programa de Transição, dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional da época de Lênin/Trotsky e das conquistas do POR boliviano, reforçarão o objetivo do internacionalismo proletário.

Algumas considerações ocorridas no interior do debate

A guerra do imperialismo contra a Iugoslávia tem desviado as esquerdas. O PSTU mostrou bem seu centrismo. Ou melhor, a sua política centrista indicou o quanto é suscetível às pressões da opinião da classe média (pequena burguesia urbana). Estampou em seu jornal "Opinião Socialista" a bandeira de "Nem OTAN, Nem Milosevic".

Desconhece a realidade: Milosevic é o governo da Iugoslávia em guerra contra a OTAN. O fato de ser o governo que mantém pela força militar Kosovo não lhe tira a condição do governo que resiste aos ataques do imperialismo (em outras circunstâncias passadas colaborou). Lutar pela derrubada do governo iugoslavo quando a OTAN bombardeia e prepara a ocupação de Kosovo é enfraquecer a luta pela derrota do imperialismo. O que não redundará na autodeterminação de Kosovo. Pelo contrário, o imperialismo ampliará seu domínio e saque das nações oprimidas.

A pequena burguesia vacila diante de um choque tão contundente. Não é capaz de expressar-se independentemente das pressões do imperialismo (campanha contra a limpeza étnica, contra o ditador, direitos humanos etc), e, ao mesmo tempo, está horrorizada com a prepotência do imperialismo e o massacre da OTAN contra os sérvios. A bandeira centrista do PSTU expressa esse conteúdo social da pe-

Internacional



quena burguesia.

Há, ao mesmo tempo, correntes que se colocam contra a OTAN e a favor das medidas de força de Milosevic contra os albaneses, baseando-se na explicação de miscigenação multi-étnica em Kosovo etc.

O absurdo também está presente: é o caso de PCO que diz que não há uma guerra do imperialismo contra a Iugoslávia, mas sim um genocídio. Isso porque a Iugoslávia não tem como responder ao poderio bélico da OTAN. Inicialmente, pensávamos que se tratava apenas de uma figura de linguagem, típica do excentrismo dessa curiosa organização tida por radical. Mas em seguida comparece como convicção do absurdo de que não há guerra.

Por outras razões e explicações, porta-vozes da burguesia dizem que não há guerra, pois esta não foi declarada e se fosse teria de passar pelo Conselho de Segurança da ONU.

Mas nenhum dos

casos é verdadeiro: a OTAN com todo seu arsenal bélico trava uma guerra contra um país fraco economicamente e, portanto, sem nenhuma condição de responder pela via estatal (exército regular).

A população deve ser armada em forma de guerrilha e a classe operária internacionalmente terá de se pôr em pé, a começar da Europa, contra a burguesia imperialista. Só assim o imperialismo poderá ser derrotado. Na guerra do Vietnã, o imperialismo cometeu genocídio contra o povo e os guerrilheiros revolucionários. Também era totalmente desigual. Só a guerrilha, claro que sem desprezar outras condições, pôde derrotar o poderoso arsenal do imperialismo.

Não se pode dizer nem metaforicamente, para ressaltar a prepotência da OTAN e o massacre da população indefesa, que não há uma guerra. A guerra imperialista contra o Iraque e, agora, contra a Iugoslávia está expressando as tendências bélicas, portanto à guerra, do imperialismo. Sem dúvida, a Iugoslávia não faz outra coisa senão receber chuvas de mísseis. Trata-se de uma ação criminosa do imperialismo. Uma guerra genocida do imperialismo contra uma nação oprimida.

Somente a unidade operária e camponesa imporá o combate revolucionário ao imperialismo.

O PCdoB condenou o ataque da OTAN, entretanto reivindica da ONU uma tomada de posição para que haja uma saída pacífica (de paz). A mesma ladainha é repetida pelo PT e CUT. Trata-se de uma resposta derrotista. A ONU é um instrumento do imperialismo, que o usa de acordo com a situação e seu interesse.

Para triunfar, a OTAN terá de invadir por terra ou então o governo se render antes disso. Há uma tremenda pressão da Rússia e China para que se dê a capitulação sem enfrentamento por terra. A ONU é o canal por onde se negocia essa variante. Para o povo iugoslavo resistir e vencer a guerra, será necessário o armamento geral dos trabalhadores e a luta internacional do proletariado em seus países contra o imperialismo e a burguesia local aliada.

Milosevic não pretende essa via. Conta com um acordo intermediado pela Rússia, que joga em favor da vitória final do imperialismo.

Vemos claramente como o estalinismo (PCdoB) e o reformismo (PT) se mostram prostrados perante o pacifismo burguês. A ONU imperialista é seu altar.

Ao contrário, a resistência e vitória do povo iugoslavo contra o imperialismo dependem de proletários e camponeses se armarem contra a invasão da OTAN.

LBI

Resposta Obrigatória às Camarilhas que se Apropriam do Alheio para se Apresentarem como "Revolucionários" Ultra-Esquerdistas ;

pagamos alguns centavos pelos riscos próprios de nosso ofício

Não saberíamos dizer quanto papel utilizou até agora a LBI (Brasil) em seu projeto, certamente que frustrado, de apresentar o POR da Bolívia como uma organização que violentou o programa da Quarta Internacional e se afastou do método contido no Programa de Transição.

O POR — que tem uma larga e riquíssima história cheia de ensinamentos, de derrotas e vitórias — sabe usar devidamente o método do materialismo histórico, o que lhe tem permitido revelar as leis do desenvolvimento e transformação do país que deve revolucionar. Constitui o fator fundamental da derrota inferida pelo proletariado à burguesia no plano ideológico, passo importantíssimo na luta que conduz à conquista do poder político. Isto aparece como finali-

dade estratégica e como tática no programa partidário. É uma lástima que os que abusivamente se apresentam como trotskistas demostrem incapacidade total quando se trata da elaboração do programa (expressão política da consciência de classe do proletariado) para os países em que atuam.

Os nossos críticos se mostram defensores do revisionista argentino Moreno, que peregrino pelas mais diversas tendas políticas e acabou como social-democrata puro. Nossos críticos não são mais que pára-choques, o que é lamentável.

Atribuem-nos o que lhes ocorre. Dizem que buscamos unirmos com polícias e militares, assim em geral, os atrevidos insinuam que trocamos o proletariado pelos mi-

litares.

Na COB (Central Operária Boliviana) da primeira época estavam representados os carabineiros, isto quando o exército fora destruído. Na FRA (Frente Revolucionária Antiimperialista) esteve presente um pequeno grupo dos setores radicais das forças armadas. Uma das particularidades da Bolívia está na existência de uma corrente militar que se reivindica do trotskismo. Com esta tendência, discutimos publicamente para evitar o perigo do golpismo. A frente antiimperialista é leninismo e não a frente popular que sustentou Moreno. A FRA foi uma frente ampla dentro do programa porista.

Extraído do jornal "Masas" boliviano nº1658



Algumas Considerações Necessárias

O Jornal Masas será editado pelo partido Operário Revolucionário (POR) seção Argentina do CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional). A partir de sábado, 24 de abril, se tornou pública a dissolução da denominada "Fração Contra o Centrismo Liquidacionista", resolvida em seu Plenário Nacional realizado durante a última Semana Santa e se transforma publicamente como POR Masas já que reivindica plenamente das resoluções programáticas e estatutos aprovados em seus primeiros VII Congressos.

Para os marxistas, o Partido é o Programa, e o nome do Partido que corresponde a este Programa é o que adotamos publicamente.

A fração que dirige Gamboa tem levado adiante uma linha de esvaziamento do programa caminhando por diversas tendas políticas, querendo jogar pela margem conquistas que alcançamos nestes últimos 10 anos de duro trabalho.

Corresponde a que Gamboa e seu grupo, que mudaram de programa, adotarem um nome que lhes seja afim.

Mas será a luta de classes quem dirá se efetivamente conseguimos nos colocar à altura do programa que nos comprometemos a defender e contribuimos para a construção do programa proletário, quer dizer do Partido Revolucionário na Argentina como seção da IV Internacional.

Ocorreu uma ruptura no POR. As questões programáticas excederam o marco interno partidário, agora esgotado, e devem ser colocadas de frente



Por un 1o. de Mayo Internacionalista, obrero y socialista

para a vanguarda e para as massas. Isto é o que estamos fazendo.

Nossa obrigação é informar, documentar, analisar as raízes da crise que atravessamos para que possa ser capitalizada por toda a vanguarda, já que as divergências estratégicas têm laços em comum com as que se processaram em outros setores da vanguarda.

Consideramos uma impostura que a fração centrista pretenda seguir utilizando o nome do partido, do jornal e procurar se mostrar como pertencente a uma organização internacional com quem rompeu formalmente no VIII Congresso e politicamente a cada dia que passa.

Rechaçamos as habituais falsidades e mentiras, completamente alheias ao marxismo, e que têm mais a ver com as atitudes de outras classes sociais hostis à classe operária. Não cairemos em provocações. Nosso objetivo é o de colocar o debate, e que seguramente se desenvolverá durante algum tempo, que serve para darmos um passo adiante na delimitação política com o revisionismo que tanto dano faz ao marxismo.

A debilidade ideológica dos cen-

tristas os levam a utilizar todo tipo de manobras para evitar a clarificação política.

Esse número de nosso jornal e provavelmente os próximos estarão tingidos por esse debate, que para nós, durante mais de ano, foi de alcance interno. Aqueles materiais internos que refletem a luta política e não contenham informações organizativas poderão ser proporcionados aos leitores interessados em conhecer os antecedentes dessa luta.

Mas o mais importante é que recuperemos no jornal as melhores tradições de nossa jovem organização intervindo na luta de classes, caracterizando, orientando as massas até a revolução social, ajudando a formar e a nos formar como verdadeiros profissionais da revolução que vivem para sua vitória. A imprensa é o militante número um na construção do Partido da Revolução na Argentina.

(Extraído do "Masas" Argentino n.º 138, de 30/04/98)

Internacional



Resolução sobre o Trabalho Internacional, CERQUI

O CERQUI é o embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista. Apresenta-se no terreno internacional como expressão do marxismo-leninismo-trotskismo contraposto aos "comitês de enlace abertos", "refundações de Quartas", "lançamento de uma Quinta Internacional", ou a "volta ao princípio", como se nada acontecesse depois de mais de um século.

Nossa organização, POR Masas, defende a existência do CERQUI como embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista e reclama pertencer plenamente a seus quadros com base no apoio às Resoluções do Primeiro Congresso, Resolução sobre

o Trabalho Internacional (12 pontos) e seus estatutos.

Solicitamos ao CERQUI o reconhecimento público de nossa organização como seção argentina e que caracterize a fração centrista e revisionista de Gamboa como impostora, que deve tirar toda alusão a que pertença ao CERQUI, com o qual rompeu em seu VIII Congresso, e não utilizar a sigla partidária "POR Masas", já que esse nome obedece a uma definição política com a qual essa fração rompeu.

Desde esse mesmo VIII Congresso, nos propusemos defender a existência do CERQUI, rechaçando a ruptura sem princípios que se estava

levando adiante e caracterizando claramente as organizações irmãs que o integram como revolucionárias e que, portanto, não cabia nenhum tipo de conduta fracional.

Solicitamos às seções do CERQUI que tornem pública esta solicitação e sua determinação.

(extraído do "Masas" argentino n.º 138, de 30/04/98)

Exitosa Campanha pela Libertação de Vilma Plata Os Oprimidos dão uma Trombada em Dom Coice de Burro

Internacional

Os Explorados Apóiam Militantemente a Federação dos Professores

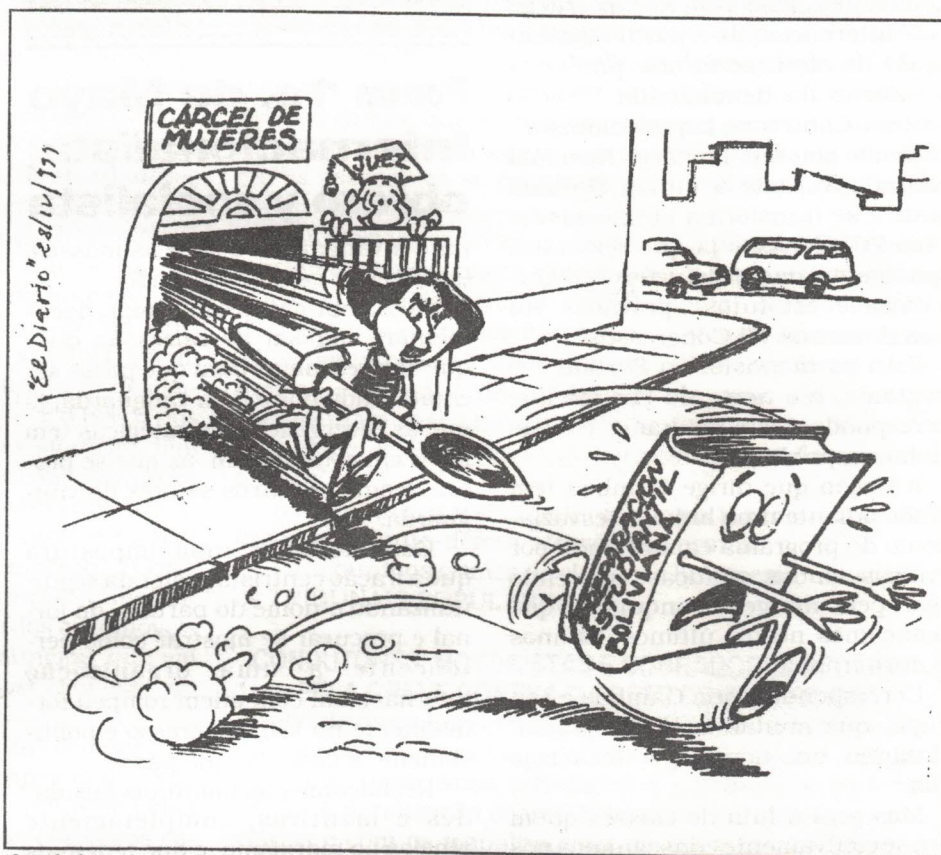
O Ministro da Educação (empenhado em dar a idéia de que a Educação é uma arruaça) convocou os jornalistas para uma conferência pública para advertir que a campanha que os sindicalistas estavam fazendo para poder cobrir a fiança, exigida pela liberdade de Vilma Plata, acabaria em um rotundo fracasso, devido à grande preferência que o governo fascista tem perante os oprimidos (sic!).

Na segunda-feira, quando se abriram as urnas que continham a ajuda econômica para a lutadora, foi evidente o rotundo êxito desde os primeiros dados difundidos pelos meios de comunicação.

O famoso orneizador não teve outra saída que suspender a tão propagada conferência de imprensa.

As Conclusões:

O acontecido demonstra que a lutadora e revolucionária do magistério é muito mais popular, apoiada e de-



fendida que o ditador Banzer e sua camarilha de ministros.

É esta impopularidade do ditador fascista que potencia a popularidade dos revolucionários, seus opositores radicais.

A isso se agrega o fato de que toda a burguesia e seus governos de turno são repudiados e combatidos pela maioria da população, respondendo à corrupção descomunal que cometem os opressores.

Os de cima são ladrões, narcotraficantes, vendidos às multinacionais, ao imperialismo. Por isso, ninguém acredita na milionária propaganda com que querem ocultar todas suas malandragens de gatuno.

De forma oposta, apóiam e elogiam o valor dos revolucionários, sua honestidade e honradez a toda a prova.

Os revolucionários não difundem autopropaganda de nenhuma espécie, só mostram sua conduta diária, por isto se transformam em líderes da maioria do país.

O que nos espera:

Os oprimidos, liderados pelos revolucionários, sepultarão os burgueses podres e tomarão o poder.

(extraído do jornal "Masas" Boliviano n.º 1662, de 23/04/99)

Nossa campanha em defesa de Vilma Plata

O POR, no Brasil, realizou uma ampla denúncia sobre a prisão da lutadora Vilma Plata. Entrevi em assembleias, reuniões, movimentos e no 1º de Maio com a bandeira de "Liberdade a Vilma Plata". Colheu assinatura de trabalhadores e

apoio de sindicatos. Finalmente, em consonância com os trabalhadores bolivianos contribui fazendo uma campanha financeira, coletando 500 dólares.

Na Bolívia, a Federação dos Professores colocou urnas para as contribuições. O governo fez campanha contra. Venceu a luta pela liberdade contra o governo fascista de Banzer.

Os revolucionários não têm como

política pagar fiança para libertar seus presos. Mas não deixam de recorrer aos trabalhadores para que estes respondam se sim ou se não. No caso particular, foi parte de um amplo movimento contra o governo, o que permite avançar a consciência revolucionária dos explorados e pôr em liberdade uma militante voltada inteiramente à causa a revolução proletária.